



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO

OFICIAL DE JUSTIÇA

Concurso Público

INSTRUÇÕES

- ✓ ESTE CADERNO CONTÉM **80** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ✓ CONFIRA A VERSÃO DE SEU CADERNO COM A VERSÃO CONSTANTE NA ETIQUETA DA SUA CARTEIRA E NA SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ PREENCHA E ASSINE NOS LOCAIS INDICADOS NA CAPA DESTA CADERNO E NA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ✓ MARQUE, NA TIRA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ✓ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS TODAS AS RESPOSTAS MARCADAS NA TIRA.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **4** HORAS.
- ✓ O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ RETIRAR-SE DO LOCAL DE APLICAÇÃO DA PROVA APÓS **1 (UMA)** HORA DO SEU INÍCIO, LEVANDO APENAS A TIRA DE GABARITO PARA FUTURA CONFERÊNCIA.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

N.º de inscrição _____

VERSÃO

2

RESPOSTAS

01	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	51	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	52	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	53	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	54	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	56	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	57	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	58	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	59	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	61	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	62	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	63	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	64	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	65	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>	66	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	67	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	68	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	69	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	71	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	72	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	73	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	74	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	75	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	76	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	77	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	78	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	79	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	80	<input type="checkbox"/>

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

01. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) condenou ontem a AmBev a pagar R\$ 352,69 milhões (...)

A multa é a maior aplicada pelo órgão e supera todas as que já foram determinadas por agências reguladoras em geral.

(Folha de S.Paulo, 23.07.2009)

Essa multa foi gerada pela

- (A) divulgação de balancetes fraudulentos.
- (B) acusação de prática de concorrência desleal.
- (C) reincidência em fraude fiscal, em prejuízo da União.
- (D) recorrente manipulação no mercado acionário.
- (E) exibição de propaganda em horários inadequados.

02. Atentados contra dois hotéis de cadeias americanas (...) deixaram ontem ao menos nove mortos, entre eles quatro estrangeiros, e 50 feridos.

Até o fechamento desta edição, havia relatos da TV local, não confirmados pela polícia, sobre uma terceira explosão, que teria matado mais duas pessoas (...).

A autoria dos ataques não foi reivindicada, mas as suspeitas estão voltadas para a Jemaah Islamiyah, um grupo ligado à Al Qaeda com histórico de ataques terroristas no país.

Um dos hotéis atingidos, o Marriott, já havia sido alvo de um atentado em 2003, quando um homem-bomba matou 14 pessoas. O ataque foi atribuído ao Jemaah Islamiyah.

(Folha de S.Paulo, 17.07.2009)

Os atentados noticiados ocorreram

- (A) na Líbia.
- (B) na Somália.
- (C) na Indonésia.
- (D) no Paquistão.
- (E) no Afeganistão.

03. Conforme ficou decidido no último encontro do G-20, as autoridades internacionais estão elaborando uma série de micro e macrorreformas preventivas para aumentar a resiliência não só das instituições financeiras, mas de todo o sistema financeiro, ao estender a supervisão a todas as instituições, produtos e atividades financeiras relevantes.

(Nouriel Roubini, www.cartacapital.com.br, 26.06.2009)

Sobre o G-20, é correto afirmar que é

- (A) composto pelo grupo das sete nações mais desenvolvidas do mundo mais a Rússia, além dos países emergentes mais ricos.
 - (B) um organismo informal, dirigido pelo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – e defensor do liberalismo econômico e político.
 - (C) apoiador da forte presença do Estado na economia e composto apenas pelas nações européias, pelo Canadá e pelos Estados Unidos.
 - (D) um órgão especial da ONU, ligado ao Banco Mundial, que tem como principal atribuição reger o comércio internacional.
 - (E) uma organização supranacional, composta por nações representantes de cada continente e gestora dos paraísos fiscais.
04. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 2009 como o Ano Internacional
- (A) da Química.
 - (B) da Ecologia.
 - (C) da Medicina.
 - (D) da Astronomia.
 - (E) do Desenvolvimento Sustentável.

MATEMÁTICA

05. Uma dívida será paga em 20 parcelas mensais fixas e iguais, sendo que, hoje, o valor de cada parcela representa $\frac{1}{4}$ do salário líquido mensal do devedor. Hoje, o salário líquido mensal do devedor representa, do valor total da dívida,

- (A) $\frac{1}{10}$.
- (B) $\frac{1}{9}$.
- (C) $\frac{1}{8}$.
- (D) $\frac{1}{7}$.
- (E) $\frac{1}{5}$.

06. Um terreno retangular, de lados iguais a x e y , tem 72 metros de perímetro. Outro terreno, também retangular e de lados iguais a y e z , tem 104 metros de perímetro. Sabendo-se que a medida do lado x é igual ao dobro da medida do lado y , pode-se concluir que a diferença entre as áreas desses dois terrenos é

- (A) 144 m^2 .
- (B) 192 m^2 .
- (C) 222 m^2 .
- (D) 240 m^2 .
- (E) 248 m^2 .

07. Em um mesmo dia, $\frac{1}{3}$ de certo capital foi aplicado por 8 meses a uma taxa de juro simples de 18% ao ano, e o restante foi aplicado também por 8 meses, mas a uma taxa de juro simples de 21% ao ano. No final, obteve-se um total de R\$ 6.800,00 de juros pelas duas aplicações. O valor total aplicado foi

- (A) R\$ 51.000,00.
- (B) R\$ 48.000,00.
- (C) R\$ 45.000,00.
- (D) R\$ 42.000,00.
- (E) R\$ 40.000,00.

08. Face a uma emergência, uma pessoa emprestou R\$ 1.200,00 de um amigo, R\$ 1.080,00 de outro e R\$ 920,00 de um terceiro amigo, prometendo pagar a todos em uma determinada data, sem juros. Na data combinada, essa pessoa dispunha de apenas R\$ 2.800,00, e decidiu pagar a cada um deles quantias diretamente proporcionais aos valores emprestados. Dessa maneira, ao amigo que emprestou a maior quantia ela continuou devendo

- (A) R\$ 170,00.
- (B) R\$ 165,00.
- (C) R\$ 150,00.
- (D) R\$ 135,00.
- (E) R\$ 125,00.

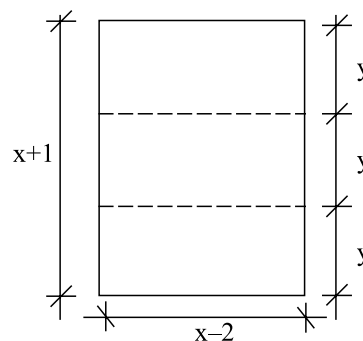
09. Em uma biblioteca escolar, uma pilha de 50 livros tinha 1,8 m de altura e era formada por livros paradidáticos iguais, de 3 cm de espessura, e livros didáticos iguais, de 6 cm de espessura. A bibliotecária retirou metade dos livros didáticos da pilha, para arrumá-los numa estante e, assim, a altura da pilha foi reduzida em

- (A) 30 cm.
- (B) 42 cm.
- (C) 50 cm.
- (D) 56 cm.
- (E) 60 cm.

10. Para obter dinheiro rapidamente e não perder um negócio de ocasião, uma pessoa vendeu os dois carros que possuía por R\$ 24.000,00 cada um, tendo, em relação aos preços pagos ao comprá-los, um prejuízo de 20% na venda do carro A e um lucro de igual percentual na venda do carro B. Em relação aos preços de compra, é correto afirmar que, na venda de ambos, essa pessoa

- (A) teve um lucro total de R\$ 2.000,00.
- (B) teve um lucro total de R\$ 1.200,00.
- (C) não teve lucro nem prejuízo.
- (D) teve um prejuízo total de R\$ 1.200,00.
- (E) teve um prejuízo total de R\$ 2.000,00.

11. Uma folha retangular, de lados iguais a $x+1$ e $x-2$ e com 54 cm^2 de área, foi dividida em três retângulos iguais.



A medida do lado menor de cada retângulo, indicada por y na figura, é

- (A) 6 cm.
- (B) 5 cm.
- (C) 4 cm.
- (D) 3 cm.
- (E) 2 cm.

12. No tanque completamente vazio de um carro bicomustível, foram colocados 9 litros de gasolina e 15 litros de álcool. Num segundo momento, sem que o carro tivesse saído do posto, foram colocados mais alguns litros de álcool, e a razão entre o número de litros de álcool e o número de litros de gasolina contidos no tanque passou a ser de 3 para 1. O número de litros de álcool colocados nesse segundo momento foi

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 16.

INFORMÁTICA

13. No Explorer do Windows XP, na sua configuração padrão, quando um arquivo é selecionado e a tecla Del é pressionada, ele é apagado e colocado na Lixeira. Para apagar um arquivo sem colocá-lo na Lixeira, deve-se pressionar
- (A) Shift + Del
 (B) Ctrl + Del
 (C) Tab + Del
 (D) Home + Del
 (E) End + Del

Observe a figura de uma planilha construída usando-se o MS Excel XP, a partir de sua configuração padrão, para resolver a próxima questão.

The screenshot shows Microsoft Excel XP with the following data in the spreadsheet:

	A	B	C	D
1	9	2	6	
2	25	3		
3	16	4		
4	4	4		
5	36	6		
6				
7				

The formula bar shows the formula in cell C1: $=\$A\$1^{(1/2)*B1}$

14. Utilizando a alça de preenchimento, a fórmula de C1 é copiada até C5. O valor mostrado na célula C4 será
- (A) 8.
 (B) 11.
 (C) 12.
 (D) 15.
 (E) 18.
15. No MS PowerPoint XP, a opção Ocultar Slide está contida no menu
- (A) Editar.
 (B) Arquivo.
 (C) Formatar.
 (D) Ferramentas.
 (E) Apresentações.

16. Ao se realizar uma busca na Internet através do site <http://www.google.com.br>, utilizando-se o software Internet Explorer, deseja-se desprezar o conteúdo das páginas e concentrar a busca apenas nos títulos de páginas. A alternativa que contém a expressão a ser utilizada antes da palavra pesquisada é
- (A) filetype:
 (B) inurl:
 (C) link:
 (D) intext:
 (E) intitle:

Observe a figura de uma planilha no MS Access XP, na sua configuração padrão, para resolver a próxima questão.

The screenshot shows Microsoft Access XP with the following data in the table:

Primeiro Nome	Sobrenome	Ano Nascimento	Cidade	Registro Geral
Julia	Mattos	1968	Recife	21.458-X
José	Silva	1942	São Paulo	30.789-X
Mário	Maia	1960	São Paulo	45.478-9
Roberto	Silva	1960	Salvador	45.496-6
José	Abreu	1955	Rio de Janeiro	56.456-6

17. Na planilha apresentada, o campo que foi definido como Chave Primária é o
- (A) Primeiro Nome.
 (B) Ano Nascimento.
 (C) Registro Geral.
 (D) Sobrenome.
 (E) Cidade.
18. Assinale a alternativa que lista as extensões dos softwares, MS PowerPoint XP, MS Word XP, MS Excel XP, MS Access XP e Bloco de Notas do Windows XP, em suas configurações padrão.
- (A) .ppt, .doc, .xls, .rar, .txt
 (B) .doc, .mdb, .txt, .ppt, .aiv
 (C) .ppt, .doc, .txt, .mdb, .tar
 (D) .ppt, .doc, .xls, .aiv, .txt
 (E) .ppt, .doc, .xls, .mdb, .txt
19. O gerenciador de e-mail que faz parte do MS Office XP, em sua configuração padrão, é o
- (A) Hotmail.
 (B) Outlook.
 (C) Thunderbird.
 (D) Microsoft Live Messenger.
 (E) Microsoft SQL Server.

20. Após concluir um documento no MS Word XP, em sua configuração padrão, Lucas decidiu inserir uma senha de proteção para impedir a abertura do arquivo. Para efetuar essa operação, no menu Arquivo, opção Salvar como, ele deve selecionar a opção Ferramentas e clicar em
- (A) salvar versão.
 - (B) criar hyperlink.
 - (C) propriedades.
 - (D) opções gerais.
 - (E) mapear unidade.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 21 a 23.

EXCLUSÃO SOCIAL ATINGE 28 MIL FAMÍLIAS...



(www.acharge.com.br)

21. Considerando-se o contexto apresentado na charge, é correto afirmar que
- (A) se mostra a tecnologia estendida a todos os grupos da sociedade, que a utilizam bem, já que os usuários não subestimam seu potencial.
 - (B) se define o avanço tecnológico do país levando em consideração, principalmente, a política pública para o acesso a esse tipo de bem.
 - (C) se estabelece uma relação paradoxal entre os avanços obtidos na área tecnológica e as condições de vida a que está sujeita expressiva parcela da população.
 - (D) se pode entender como positiva a nova relação do homem com as máquinas, já que elas tiram expressiva parcela da população de condições aviltantes de vida.
 - (E) se veem a criticidade e o bom senso de grande parte da população menos favorecida para o uso adequado das novas tecnologias no cotidiano.

22. Levando-se em consideração a situação em que as personagens se encontram, é correto afirmar que a fala proferida por uma delas se marca pelo(a)
- (A) entusiasmo.
 - (B) displicência.
 - (C) mau humor.
 - (D) ironia.
 - (E) redundância.

As questões de números 23 a 29 baseiam-se no texto.

ONU pede ampliação de programas sociais do Brasil

SÃO PAULO – Os programas adotados no governo federal ainda não são suficientes para lidar com problemas de desigualdade, reforma agrária, moradia, educação e trabalho escravo, informou ontem a Organização das Nações Unidas (ONU). Comitê da entidade pelos direitos econômicos e sociais pede uma revisão do Bolsa-Família, uma maior eficiência do programa e sua “universalização”. Por fim, constata: a cultura da violência e da impunidade reina no País.

A ONU sugere que o Brasil amplie o Bolsa-Família para camadas da população que não recebem os benefícios, incluindo os indígenas. E cobra a “revisão” dos mecanismos de acompanhamento do programa para garantir acesso de todas as famílias pobres, aumentando ainda a renda distribuída.

Há duas semanas, o comitê sabatinou membros do governo em Genebra, na Suíça. O documento com as sugestões é resultado da avaliação dos peritos do comitê que inclui o exame de dados passados pelo governo e por cinco relatórios alternativos apresentados por organizações não-governamentais (ONGs).

Os peritos reconhecem os avanços no combate à pobreza, mas insistem que a injustiça social prevalece. Um dos pontos considerados como críticos é a diferença de expectativa de vida e de pobreza entre brancos e negros. A sugestão da ONU é que o governo tome medidas “mais focadas”. Na visão do órgão, a exclusão é decorrente da alta proporção de pessoas sem qualquer forma de segurança social, muitos por estarem no setor informal da economia.

(www.estadao.com.br/nacional/not_nac377078,0.htm. 26.05.2009. Adaptado)

23. O texto do *Estadão*

- (A) harmoniza-se com a charge, já que o relatório apresentado pela ONU aponta a existência da injustiça social no país.
- (B) não mantém uma relação temática com a charge, pois enfoca a necessidade de revisão dos programas sociais.
- (C) trata do mesmo assunto apresentado na charge, mostrando a superação dos problemas sociais mais graves e urgentes.
- (D) ajusta-se à ideia expressa na charge de que os avanços tecnológicos trouxeram inúmeros benefícios aos menos favorecidos.
- (E) discute a questão dos direitos econômicos e sociais, o que o distancia do assunto da charge, ou seja, a exclusão social.

24. De acordo com o texto, em relação aos programas adotados no governo federal para lidar com os problemas sociais, a ONU deixa evidente que eles
- (A) se mostram arrojados.
 - (B) devem ser ampliados.
 - (C) não precisarão de melhorias.
 - (D) extinguíram as desigualdades.
 - (E) combatem eficazmente a pobreza.
25. No 1.º parágrafo do texto, o termo *universalização* aparece grafado entre aspas. Isso ocorre porque se pretende enfatizar que o benefício deve
- (A) atingir a todas as pessoas que o solicitem, independentemente de classe social.
 - (B) ser proporcionado a um contingente de pessoas que está fora da pobreza.
 - (C) estar na mira de pessoas incautas, que dele se beneficiam sem terem direito.
 - (D) ser, paulatinamente, oferecido a um número menor de pessoas dentro e fora do país.
 - (E) estender-se a todas as famílias pobres e a camadas da população excluídas de recebê-lo.
26. Com a frase – *A sugestão da ONU é que o governo tome medidas “mais focadas”*. – entende-se que as medidas devem ser
- (A) diluídas.
 - (B) controladas.
 - (C) direcionadas.
 - (D) competentes.
 - (E) amplas.
27. Segundo o texto, para a ONU
- (A) a falta de segurança social é uma das causas da exclusão social.
 - (B) é desejável que os pobres optem pelo setor informal da economia.
 - (C) o Bolsa-Família deveria restringir-se aos grupos indígenas.
 - (D) o combate à pobreza eliminou a desigualdade social.
 - (E) é inquestionável a eficácia de programas como o Bolsa-Família.
28. Observe as frases:
- I. Reina no País a violência e a impunidade.
 - II. Fazem duas semanas que o comitê da ONU sabatinou membros do governo em Genebra, na Suíça.
 - III. De acordo com o relatório da ONU, cabe às autoridades brasileiras medidas mais austeras no combate à pobreza.
 - IV. Não apenas a revisão dos mecanismos de acompanhamento do programa como também o aumento da renda distribuída são cobrados pela ONU.
- Quanto à concordância verbal, está correto apenas o contido em
- (A) I.
 - (B) IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II, III e IV.
29. Eliminando-se o sinal de dois-pontos do trecho – *Por fim, constata: a cultura da violência e da impunidade reina no País.* – obtêm-se:
- (A) Por fim, constata de que a cultura da violência e da impunidade reina no País.
 - (B) Por fim, constata que a cultura da violência e da impunidade reina no País.
 - (C) Por fim, constata em que a cultura da violência e da impunidade reina no País.
 - (D) Por fim, constata a que a cultura da violência e da impunidade reina no País.
 - (E) Por fim, constata para que a cultura da violência e da impunidade reina no País.

Leia a charge para responder às questões de números 30 e 31.



(Jornal da Manhã, SC, 05.12.2008)

30. Os dois personagens

- (A) revelam-se apreensivos com o fim iminente das diferenças sociais.
- (B) concebem as diferenças sociais como um mal social necessário.
- (C) expressam-se com entusiasmo em relação ao fim das diferenças sociais.
- (D) não acreditam que as diferenças sociais se extinguirão, na realidade.
- (E) externam diferentes pontos de vista acerca do fim das diferenças sociais.

31. Analise as afirmações.

- I. No contexto, o emprego da construção verbal *está caminhando* indica uma ação contínua, em processo.
- II. Sem prejuízo de sentido, a construção verbal *está caminhando* pode ser substituída por *estaria caminhando*.
- III. A construção verbal *vai ficar* confere ao texto uma perspectiva de tempo futuro, podendo ser substituída por *ficará*.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

32. Leia a frase e assinale a alternativa que contém os termos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas.

Entre os brasileiros _____ frente de negócios próprios abertos _____ menos de quatro anos, a porcentagem dos que _____ de 45 _____ 54 anos dobrou nesta década – de 7% em 2001 para 15% hoje.

(Veja, 15.07.2009)

- (A) à ... à ... têm ... à
- (B) a ... a ... tem ... à
- (C) à ... há ... têm ... a
- (D) a ... a ... tem ... a
- (E) a ... há ... têm ... à

As questões de números 33 a 39 baseiam-se no texto.

Um tango para lá de desafinado

Uma imagem, uma constatação, uma estatística e uma frase resumem o estado das coisas na Argentina. A imagem: pedreiros acrescentando mais um andar às lajes das favelas de Buenos Aires. Enquanto a atividade da construção civil em geral está em queda, as precárias *villas* portenhas não param de crescer – na falta de espaço, para cima. A constatação: a quantidade cada vez maior de galões de água expostos sobre carros estacionados, principalmente na periferia da capital argentina. Este é o sinal convencionado pelos proprietários para anunciar que seus veículos usados estão à venda. Mais automóveis enfeitados com galões, mais pessoas com necessidade urgente de dinheiro. A estatística: a mortalidade infantil na província de Buenos Aires subiu 8% em 2007. **Tudo isso** dá a ideia de que algo vai muito mal na Argentina. A população da capital que vive em moradias irregulares aumentou 30% nos últimos dois anos. Três em cada quatro argentinos dizem não ganhar o suficiente para cobrir os gastos diários. E, no mesmo ano em que o PIB da Argentina cresceu incríveis 8,7%, o mais básico dos indicadores sociais só piorou na principal província do país. Favelas em expansão, renda relativa em baixa e bebês morrendo – no mínimo, o governo deveria estar reconsiderando suas políticas econômicas e sociais. A presidente argentina diz que não é o caso. Formulada por Cristina Kirchner em um comício da campanha para as eleições legislativas do próximo domingo, eis a frase: “Encontramos o caminho e devemos segui-lo e aprofundá-lo”.

(Veja, 24.06.2009)

33. De acordo com o texto, a imagem, a constatação e a estatística

- (A) apresentam um cenário pouco alentador da vida argentina.
- (B) corroboram o sucesso vivenciado com o crescimento do PIB.
- (C) são bastante contraditórios e, por isso, pouco confiáveis.
- (D) traçam um quadro de confiança no governo de Cristina Kirchner.
- (E) ilustram a frase formulada pela presidente Cristina Kirchner.

34. Na frase – *E, no mesmo ano em que o PIB da Argentina cresceu incríveis 8,7%, o mais básico dos indicadores sociais só piorou na principal província do país.* – a relação entre o crescimento do PIB e o mais básico dos indicadores sociais revela
- (A) uma perspectiva otimista para a economia e a vida social do país.
 - (B) a possibilidade de a população progredir mesmo com a economia estagnada.
 - (C) um caos social que vem sendo combatido sem ônus à população carente.
 - (D) uma contradição flagrante entre a economia e as condições de vida no país.
 - (E) o apoio do povo à economia do país, sem abrir mão das regalias sociais.
35. De acordo com o ponto de vista do autor,
- (A) a estabilidade do governo de Cristina Kirchner implica manutenção de sua política.
 - (B) seria prudente que o governo de Cristina Kirchner revisasse aspectos da política econômica e social.
 - (C) a resolução dos problemas sociais é o foco da política de Cristina Kirchner.
 - (D) a situação da Argentina, ainda que difícil, é bem conduzida por Cristina Kirchner.
 - (E) Cristina Kirchner mudou consideravelmente, para melhor, a vida na Argentina.
36. No contexto, o termo *tango*, no título do texto, deve ser entendido como
- (A) a política praticada por Cristina Kirchner.
 - (B) a preocupação excessiva do país com a música.
 - (C) a estabilização dos indicadores sociais argentinos.
 - (D) a campanha para as eleições legislativas.
 - (E) a política almejada pelo povo argentino.
37. A expressão *Tudo isso*, em destaque no texto, refere-se
- (A) à quantidade de automóveis postos à venda na capital argentina.
 - (B) ao índice de 8% de mortalidade infantil vivenciado no país.
 - (C) aos problemas do país, citados anteriormente no parágrafo.
 - (D) ao estado das coisas na Argentina, tomados numa perspectiva positiva.
 - (E) aos dados auspiciosos da economia argentina, previamente apontados.
38. O sentido expresso pelo prefixo na palavra *desafinado*, no título do texto, também está presente na palavra destacada em:
- (A) Eles teriam de *cooperar* com a nova administração do prédio.
 - (B) Trabalhou tanto e não salvou o documento, por isso o *refez*.
 - (C) No *subtítulo* do texto, havia uma palavra que não conhecia.
 - (D) Ele era *incapaz* de resolver um problema com agilidade.
 - (E) Era preciso *esfriar* o leite antes de acrescentar-lhe o café.
39. Analise as afirmações:
- I. Em – ... *galões de água expostos sobre carros...* – a preposição *sobre* poderia ser substituída por *sob*, sem prejuízo de sentido.
 - II. Fazem o plural da mesma forma que o substantivo *galões* as palavras *cidadão*, *mamão* e *órfão*.
 - III. O feminino de *chefe* se faz da mesma forma que *presidente* em – *A presidente argentina...*
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
40. Considerando que o termo *Cristina* é sujeito de oração, assinale a alternativa correta quanto à pontuação.
- (A) Cristina, encontra o caminho e, recompõe, a Argentina.
 - (B) Cristina, encontra o caminho e recompõe a Argentina.
 - (C) Cristina encontra o caminho, e recompõe, a Argentina.
 - (D) Cristina, encontra o caminho, e recompõe a Argentina.
 - (E) Cristina encontra o caminho e recompõe a Argentina.

CONHECIMENTOS EM DIREITO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

41. A regularidade na intimação da testemunha, que será ouvida em juízo, poderá implicar a
- (A) validade de seu depoimento.
 - (B) sua condução coercitiva.
 - (C) absolvição do acusado.
 - (D) condenação do acusado.
 - (E) nulidade de seu depoimento.
42. De acordo com o preceituado no art. 225 do CPP, o juiz poderá tomar antecipadamente o depoimento da testemunha que
- (A) requerer, por escrito, que seu depoimento seja feito antecipadamente.
 - (B) manifestar em audiência o desejo de ser ouvida antecipadamente.
 - (C) decidir fixar residência fora do estado.
 - (D) necessitar de intérprete.
 - (E) estiver acometida de um mal incurável.
43. Considere as afirmações no que tange ao perito.
- I. Não cabe às partes intervir na nomeação do perito.
 - II. Todo perito, ainda que não oficial, está sujeito à disciplina judiciária.
 - III. Os analfabetos podem ser peritos, desde que comprovado seu notório saber jurídico.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.
44. Os jurados sorteados, preferencialmente, serão convocados para comparecerem ao Tribunal do Júri
- (A) pessoalmente.
 - (B) por meio do oficial de justiça.
 - (C) pelo correio ou qualquer outro meio hábil.
 - (D) por telefone.
 - (E) por *e-mail*.

45. Quanto à intimação da decisão de pronúncia, pode-se afirmar que
- I. o acusado solto que não for encontrado será intimado por edital;
 - II. o acusado preso será intimado por via postal;
 - III. o acusado solto será intimado pessoalmente, desde que seu advogado ainda não tenha sido intimado pelo diário oficial.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I.
 - (E) III.

46. Os atos processuais previstos na Lei n.º 9.099/95
- (A) serão realizados em segredo de justiça.
 - (B) obedecerão a todas as formalidades expressamente previstas em lei.
 - (C) serão devidamente registrados a termo nos autos.
 - (D) deverão seguir a conveniência do juiz da causa.
 - (E) poderão ser realizados em horário noturno.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

47. Na execução da dívida pública estadual, sobre como a penhora ou arresto de bens será feita, aponte a alternativa correta.
- (A) Em execução fiscal, a ordem da nomeação de bens à penhora pelo devedor, submete-se à aceitação ou não da Fazenda Pública.
 - (B) A nomeação de bens à penhora independe de ordem legal, cabendo ao devedor indicar os que lhe aprouver, procedendo-se à constrição.
 - (C) Os bens móveis precedem as pedras e metais preciosos na ordem legal de arresto ou penhora de bens do devedor.
 - (D) A penhora efetuada em dinheiro será convertida em depósito em favor do credor, assegurando-se a correção monetária até o final do processo.
 - (E) A penhora que recai sobre imóvel nunca pode alcançar os frutos obtidos com os alugueres, que devem ser recebidos pelo devedor.

48. Leia atentamente as assertivas a seguir:

- I. A certidão do oficial de justiça tem fé pública e prevalece até prova em contrário.
- II. O oficial de justiça é civilmente responsável, independentemente de culpa, quando praticar ato nulo.
- III. Incumbe ao oficial de justiça estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- IV. A desistência da ação, pelo autor, produz efeito desde que protocolizada a petição, cessando todos os atos processuais, em todas as suas fases.
- V. Decisão interlocutória é ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão ordinatória.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

49. Em relação à penhora realizada em execução fiscal, aponte a alternativa correta.

- (A) Se a penhora recair sobre bem imóvel, far-se-á a citação ao cônjuge do devedor, sob pena de nulidade do ato.
- (B) A avaliação de bens penhorados deve ser feita sempre pelo oficial de justiça, mesmo que não tenha lavrado o auto de penhora.
- (C) Em qualquer fase do processo poderá ser deferida a substituição da penhora, pelo executado, por outro bem, independentemente da ordem legal.
- (D) A Fazenda Pública poderá requerer o reforço da penhora insuficiente ou a substituição dos bens penhorados, mesmo fora da ordem legal.
- (E) O executado que pagar parte da dívida, que julgar incontroversa, deve garantir a execução, em sua totalidade, para fins de embargos.

50. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos processuais serão realizados nos dias úteis, o que inclui o sábado, pois apenas estão proibidos os atos praticados em feriados.
- (B) O juiz determinará o cumprimento de todos os atos processuais no prazo de cinco dias, quando a lei processual for omissa ao criá-los.
- (C) O prazo para a Fazenda Pública contrarrazoar recurso de apelação conta-se em dobro, nas ações em que for parte.
- (D) A citação somente será feita pessoalmente ao réu, ainda que realizada pelo correio e se pessoa jurídica, a seu representante legal.
- (E) Não se fará a citação ao cônjuge de falecido, no dia de seu falecimento e nos cinco dias seguintes ao óbito.

51. Considere as assertivas a seguir:

- I. É nula a citação, se o oficial não designar a hora em que deverá fazê-la, tratando-se de citação com hora certa.
- II. O mandado, que o oficial tiver que cumprir, deverá conter, sob pena de nulidade, o endereço do fórum onde será realizado o ato processual a ser realizado pelo demandado.
- III. Não se fará citação por edital quando o processo correr em segredo de justiça.
- IV. Em execução, não cabe citação com hora certa.
- V. É anulável citação realizada sem observância das prescrições legais.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) II e III.
- (B) IV e V.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e V.

52. Havendo fundado receio de que bens móveis sejam danificados, quando há disputa judicial sobre sua posse ou propriedade, a medida judicial cabível para preservá-los é

- (A) arresto.
- (B) sequestro.
- (C) busca e apreensão.
- (D) arrolamento de bens.
- (E) exibição.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) Companheira tem o direito de requerer medida cautelar para afastar seu companheiro, estando presentes os requisitos autorizadores da ação.
- (B) A medida cautelar de interdição de prédio, transitada em julgado, não pode ser executada contra terceiro adquirente ou cessionário.
- (C) Comete atentado quem prossegue em obra embargada, mesmo que ainda não seja parte da ação principal.
- (D) O prazo para contestar o protesto ou interpelação começa a contar da juntada do mandado de citação nos autos.
- (E) A produção antecipada de prova não admite a participação do réu na oitiva de testemunhas.

54. Considerando-se a arrematação judicial de bens, é correto o que se afirma em:
- (A) A arrematação poderá ser feita em dinheiro ou cheque, desde que realizada em hasta pública e com ela houver concordado o depositário.
 - (B) É vedado ao credor participar da praça ou leilão, assim como o juiz, escrivão e oficial de justiça, que atuaram ou atuam na causa.
 - (C) Será suspensa a arrematação logo que o produto da alienação dos bens bastar para o pagamento do credor.
 - (D) A arrematação constará de auto, que será lavrado até cinco dias depois de realizada a praça ou leilão.
 - (E) O fiador do arrematante, que pagar o valor do lance, não poderá requerer que a arrematação lhe seja transferida.
55. Considerando a execução por quantia certa contra devedor solvente, aponte a alternativa correta.
- (A) A execução por quantia certa tem por objetivo cobrar o devedor, a fim de satisfazer o direito do credor.
 - (B) São absolutamente impenhoráveis os frutos dos bens inalienáveis, além das imagens e os objetos do culto religioso.
 - (C) Pode ser penhorado seguro de vida, admitindo-se sua substituição por outro crédito que não se destine ao sustento do devedor.
 - (D) O devedor será citado para, no prazo de quinze dias, pagar a dívida, indicar bens à penhora, ou apresentar embargos.
 - (E) A parte poderá requerer a substituição da penhora, se incidir sobre bens de baixa liquidez.

CÓDIGO PENAL

56. Com relação aos crimes relacionados à falsidade documental, pode-se afirmar que
- I. é criminosa a conduta daquele que exhibe, voluntariamente, à polícia, carteira de motorista que sabe ser falsa;
 - II. o médico, não funcionário público, que emite atestado falso, pratica crime específico chamado de falsidade de atestado médico;
 - III. o crime de falsidade ideológica prevê uma causa de aumento de pena na hipótese de o agente ser funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo.
- Está correto o contido em
- (A) I, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.

57. O crime de falsificação de selo ou sinal público consiste
- (A) tão somente na alteração do documento.
 - (B) tão somente da adulteração do documento.
 - (C) tão somente na fabricação do documento.
 - (D) na fabricação ou alteração do documento.
 - (E) tão somente na criação do documento.
58. O crime de peculato
- (A) pode ser praticado por qualquer pessoa, ainda que sem a participação do funcionário público.
 - (B) prevê a modalidade culposa.
 - (C) não prevê a modalidade culposa.
 - (D) é punido com pena de detenção de 3 (três) a 10 (dez) anos.
 - (E) é punido exclusivamente com pena de multa, que varia de acordo com o salário do funcionário público.
59. Assinale a única alternativa que *não* apresenta necessariamente exemplos de funcionário público para fins penais.
- (A) Vereador e carteiro.
 - (B) Perito judicial e juiz de direito.
 - (C) Delegado de polícia e jurado do Tribunal do Júri.
 - (D) Prefeito municipal e carcereiro.
 - (E) Defensor dativo e professor.
60. Examine as afirmações sobre o crime de tráfico de influência.
- I. Ocorre se o agente solicita para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
 - II. É praticado, ainda que sem intenção, e de forma imprudente, se o agente exige para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
 - III. Tem a sua pena aumentada se o agente alega que a vantagem solicitada é também destinada ao funcionário público que se deixará influenciar.
- Está correto o contido em
- (A) I, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.

61. “X” mãe de “Z”, ao descobrir que o filho praticou o furto de um veículo, dirige-se à delegacia de polícia e se apresenta como a autora do delito. Em tese, “X” praticou o crime de
- (A) condescendência criminosa.
 - (B) falso testemunho.
 - (C) autoacusação falsa.
 - (D) denúncia caluniosa.
 - (E) prevaricação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

62. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio
- (A) da cidadania.
 - (B) do pluralismo político.
 - (C) da livre iniciativa.
 - (D) da prevalência dos direitos humanos.
 - (E) da intervenção.
63. É correto afirmar que
- (A) a lei penal não retroagirá, mesmo para beneficiar o réu.
 - (B) haverá tribunal de exceção.
 - (C) é assegurado a todos o acesso à informação, mas não o sigilo da fonte.
 - (D) será concedida a extradição de estrangeiro, desde que o crime seja político.
 - (E) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
64. O servidor público estável só perderá o cargo
- (A) em virtude de sentença judicial.
 - (B) mediante procedimento de avaliação periódica, assegurada ampla defesa.
 - (C) pela extinção do cargo.
 - (D) mediante ato discricionário de seu superior hierárquico.
 - (E) mediante declaração administrativa que proclama a desnecessidade do servidor.

65. Aos juízes, é vedado
- I. exercer, salvo se em disponibilidade, outro cargo ou função;
 - II. dedicar-se à atividade político-partidária;
 - III. exercer a advocacia no Tribunal do qual se afastou antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;
 - IV. exercer o magistério.
- Estão corretas somente as assertivas
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.

66. A competência dos Tribunais dos Estados será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do
- (A) Tribunal de Justiça.
 - (B) Governador do Estado.
 - (C) Legislativo Estadual.
 - (D) Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça.
67. A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias compete ao
- (A) Tribunal de Justiça do Estado.
 - (B) Juiz Federal.
 - (C) Tribunal Regional Federal.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.

68. Leia as proposições:
- I. a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;
 - II. o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;
 - III. as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública.
- É correto afirmar que
- (A) apenas I está correta.
 - (B) apenas II está correta.
 - (C) apenas III está correta.
 - (D) todas estão erradas.
 - (E) todas estão corretas.

69. Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, ao funcionário é proibido
- (A) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências.
 - (B) fazer qualquer tipo de referência em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração.
 - (C) servir de intermediário perante qualquer repartição pública para tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.
 - (D) promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição.
 - (E) ser acionista, quotista ou comanditário de sociedades comerciais.
70. Considerando-se o disposto na Lei n.º 10.261/68, se um funcionário público solicitar presentes a alguém, ainda que fora de suas funções mas em razão delas, ficará sujeito à pena de
- (A) suspensão simples.
 - (B) demissão simples.
 - (C) exoneração.
 - (D) demissão a bem do serviço público.
 - (E) suspensão, com perda dos direitos e vantagens do cargo.
71. Nos termos da Lei n.º 10.261/68, no que se refere à falta do funcionário público sujeita à cassação de aposentadoria, a sua punibilidade prescreverá no prazo de
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 8 anos.
 - (E) 10 anos.
72. Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, nos termos do que dispõe a Lei n.º 10.261/68, ordenar a seguinte providência:
- (A) afastamento imediato do servidor, com prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
 - (B) designação do servidor acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento.
 - (C) colocar o servidor acusado em disponibilidade, sem prejuízos dos seus vencimentos ou vantagens do cargo, por até um ano ou até que sobrevenha a decisão final do respectivo processo administrativo.
 - (D) proibição de comparecer ao órgão público onde se encontra lotado até a solução final do procedimento.
 - (E) comparecimento facultativo, em periodicidade mensal, para tomar ciência dos atos do procedimento.

73. Analise o conteúdo das seguintes afirmativas relativas ao disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo:
- I. Os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira.
 - II. A autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 3 (três) testemunhas e a sindicância deverá estar concluída no prazo de 90 (noventa) dias.
 - III. Quando, no curso do procedimento disciplinar, surgirem fatos novos imputáveis ao acusado, deverá, obrigatoriamente, ser promovida a instauração de novo procedimento para sua apuração.
 - IV. No processo administrativo, não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado deste.

Está correto somente o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III.

74. Assinale a alternativa que contém afirmativa em consonância com o disposto na Lei n.º 8.429/92.
- (A) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito determinar a indisponibilidade dos bens do indiciado, para garantir o ressarcimento do Erário.
 - (B) Em virtude do princípio da individualização da pena, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente não fica sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa quanto à pena cominada contra aquele a quem sucedeu.
 - (C) Constitui crime, sujeito à pena de detenção de um a três anos, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
 - (D) Na ação de improbidade administrativa, a autoridade judicial ou administrativa competente poderá decretar a perda da função pública do acusado, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
 - (E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

75. As penas, previstas na Lei n.º 8.429/92, de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, são penalidades que podem ser impostas ao servidor público que

- (A) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- (D) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- (E) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

76. Considerando o disposto nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados serão cumpridos dentro de 20 (vinte) dias, podendo esse prazo ser prorrogado por mais dez dias.
- (B) Em se tratando de mandado destinado à intimação para audiência, o cumprimento e devolução serão efetivados, impreterivelmente, até cinco dias antes da data designada, a fim de que as partes tenham o tempo necessário para atender à convocação para comparecimento ao ato.
- (C) Todos os mandados expedidos em processo-crime de réu solto deverão ser cumpridos dentro de 3 (três) dias, salvo determinação contrária do juiz do feito, ou a pedido da defesa somente se o réu pretender comparecer espontaneamente.
- (D) São permitidas a devolução justificada de mandado sem cumprimento ou sua passagem, de um para outro oficial de justiça, diretamente, desde que autorizadas pelo Escrivão, ocorrência essa que será certificada nos autos.
- (E) As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo.

77. O oficial de justiça

- (A) não receberá mandados nos trinta dias antecedentes às suas férias, marcadas na escala, devendo devolver todos os mandados não cumpridos, com a devida justificativa para a devolução.
- (B) em cumprimento de mandado de citação, no caso de o citando não exarar a nota do ciente, deverá solicitar reforço policial ao juiz do feito, para cumprir integralmente a diligência.
- (C) certificará, nas citações por hora certa, os dias e horários em que o réu foi procurado, descrevendo minuciosamente todos os fatos e circunstâncias que despertaram a suspeita de ocultação e fazendo a citação, de preferência, em pessoa da família.
- (D) deverá requisitar o depósito das diligências necessárias em 48 horas, quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, devendo este indicar dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo, nesta hipótese, possibilidade de prorrogação do prazo de cumprimento do mandado.
- (E) que cumprir mandado de despejo de moradia coletiva multifamiliar, deverá intimar os moradores que apresentarem a respectiva certidão de propriedade, e identificar e certificar no mandado os demais que detenham apenas a posse da sua unidade.

78. Assinale a alternativa correta a respeito das despesas de condução do oficial de justiça.

- (A) Consideram-se ato único, para fins de ressarcimento, as intimações e citações que devem ser realizadas ao mesmo tempo, no mesmo local ou em local vizinho, bem como as intimações que devem suceder imediatamente a ato de constrição, tais como os de penhora, arresto, sequestro, depósito, etc.
- (B) É vedado à parte interessada oferecer condução ao oficial de justiça, devendo, em qualquer hipótese, efetuar o recolhimento do valor correspondente às despesas de locomoção, podendo o oficial de justiça ser responsabilizado penal e administrativamente se aceitar a oferta da parte.
- (C) Em caso de cumprimento parcial do mandado, o valor creditado em favor do oficial de justiça não será devolvido à parte que efetuou o depósito, podendo, esta, no entanto, requerer ao juiz do feito que o saldo seja utilizado para cobrir futuras diligências.
- (D) Consideram-se gratuitas todas as diligências feitas em ações penais de competência do Juizado Especial Criminal (JECRIM) e do Tribunal do Júri.
- (E) O pagamento das despesas de condução do oficial de justiça será realizado pela Fazenda Pública interessada, no prazo de cinco dias antes do cumprimento de cada diligência.

79. Não se trata de caso de competência expressa do plantão judiciário:
- (A) conhecimento dos pedidos de *habeas corpus* em que figurar como coatora autoridade policial.
 - (B) atendimento de pedidos de cremação de cadáver.
 - (C) conhecimento de pedidos de apreensão de navios estrangeiros ancorados em águas nacionais, para detenção de membro da respectiva tripulação em flagrante de contravenção penal de alta gravidade.
 - (D) exame de representação da autoridade policial, visando à decretação de prisão preventiva ou temporária, desde que o pedido não possa ser apreciado em dia de expediente forense.
 - (E) conhecimento de requerimento para a realização de exame de corpo de delito em casos de abuso de autoridade.
80. É correto afirmar a respeito do plantão judiciário que
- (A) por designação do diretor de serviço, atenderão ao plantão nas Comarcas do Interior, no mínimo, um diretor ou oficial maior, dois escreventes e um oficial de justiça, de preferência lotados na mesma Vara.
 - (B) a competência do Juiz de Direito do plantão termina com o encerramento deste, devendo ser convocado o próximo magistrado na lista de plantonistas em casos de urgência.
 - (C) havendo apresentação de inquéritos policiais ou de auto de prisão em flagrante ao plantão judiciário, estes, depois de examinados e decididos pelo juiz, serão imediatamente lançados no livro de distribuição e de registro de feitos.
 - (D) o Magistrado dará conhecimento do endereço em que poderá ser encontrado, sendo o número do telefone celular oficial de seu uso divulgado ao responsável pelo plantão policial da comarca-sede, à subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público.
 - (E) nas Comarcas do Interior, o juiz que, por algum motivo, não puder comparecer ao plantão, será substituído pelo juiz da Comarca mais próxima, cabendo ao primeiro comunicar ao Tribunal de Justiça para que se faça a respectiva substituição.